

Faulhaber, Priscila; Monserrat, Ruth (orgs.) (2008) *Tastevin e a etnografia indígena*. Coletânea de traduções de textos produzidos em Tefé (AM). Série Monografias. Museu do Índio – FUNAI. Pp. 213. ISBN 978-85-85986-14-8.

O missionário da Congregação do Espírito Santo e pesquisador francês Constantin Tastevin (1880-1958), cujos trabalhos são referência obrigatória para estudos de etnografia indígena, esteve na região amazônica em um período que vai de 1905 a 1926 (embora de forma não ininterrupta, devido à sua participação na Primeira Grande Guerra que lhe rendeu duas condecorações). Em 1927, ele assumiu a cadeira de Etnologia do Instituto Católico de Paris, o que sinaliza seu prestígio entre os especialistas contemporâneos.

Uma coletânea contendo a tradução de dez de seus textos, escritos em Tefé (AM) originalmente em francês e publicados em periódicos europeus especializados —como o austríaco *Anthropos* e os franceses *Revue Anthropologique*, *La Géographie* e *Journal de la Société des Américanistes de Paris* — foi organizada por Priscila Faulhaber e Ruth Monserrat e integra a “Série Monografias” do Museu do Índio (ao lado de *Tastevin, Parrissier* – Fontes sobre Índios e Seringueiros do Alto Juruá, organizado por Manuela Carneiro da Cunha e publicado em 2009).

Dedicada desde os anos 1980 ao estudo da obra de Tastevin, Priscila Faulhaber uniu-se na desafiadora empreitada de traduzir seus textos não apenas à lingüista Ruth Monserrat, mas também a outros dez competentes tradutores, dentre os quais podemos destacar Philippe Léna, Marília Facó Soares, Marta Rosa Amoroso e José Ribamar Bessa Freire.

A iniciativa de promover a tradução e a edição tão cuidada de textos etnográficos de Tastevin, antes de difícil acesso, merece aplauso. Sob vários aspectos os escritos do missionário-pesquisador francês revelam-se preciosos. Considerados com reservas, valem como registro das condições de vida dos indígenas amazônicos no início do século XX, sendo, assim, documento relevante não apenas para pesquisadores, mas, conforme coloca José Carlos Levinho – Diretor do Museu do Índio – na “Apresentação” à obra, inclusive, e principalmente, “objeto de vivo interesse dos índios da Amazônia” (p. XI). Paralelamente, os trabalhos de Tastevin também fornecem um testemunho da atuação do Serviço de Proteção aos Índios e do problemático sistema da catequese leiga, tanto quanto deixam transparecer a realidade da comunidade internacional dos sul-americanistas e, em particular, dos pesquisadores-viajantes naquele momento. Pode-se afirmar, igualmente, que os artigos de Tastevin encerram indícios do processo de descrição geográfica e zoológica de uma região ainda desconhecida pelos cientistas europeus. Não por acaso, em várias passagens, Tastevin corrige inadequações nos mapas disponíveis à época (v., por exemplo, p. 85).

Em especial, os escritos de Tastevin mostram-se um reflexo das intrincadas relações entre religião e ciência, então estabelecidas, concretizadas na figura ambígua e complexa do missionário-geógrafo-etnógrafo-linguista, encarnada também por homens como o franciscano Nicolás Armentia (1845-1909), autor de obras sobre as línguas Tacana e Shipibo, e o dominicano José Pío Aza (1865-1938), descritor da língua Machiguenga. A um só tempo agente da catequese e interessado nas particularidades das culturas e línguas indígenas, Tastevin escreveu textos que, como aponta Priscila Faulhaber, “são historicamente datados e passíveis de análise crítica, em termos antropológicos, históricos e sociológicos [...]” e representam a visão acerca dos “povos indígenas observados em

circunstâncias específicas da política indigenista.” (p. 1) Por conta disso, não chegam a causar surpresa os trechos que denunciam um marcado etnocentrismo, como a afirmação de que os Makú do Japurá “são extremamente preguiçosos” (p. 86) e comentários ao estilo de “Esta dança pareceu-me muito pouco decente” (p. 173).

As inevitáveis contradições advindas da atuação simultânea como missionário e como etnógrafo marcam presença, por exemplo, quando Tastevin admite “É [...] uma lástima que, aceitando o batismo, os Mura parecem ter rejeitado suas antigas crenças. Não obstante todos meus esforços e minha experiência com índios, não pude descobrir seus traços” (p. 68). Tais contradições correspondem a uma das questões tratadas no sucinto e esclarecedor prefácio de autoria de John Monteiro e voltam a merecer atenção na “Introdução” escrita por Priscila Faulhaber, pesquisadora especialmente atenta aos processos de tradução cultural.

Ótimo guia para se adentrar no(s) universo(s) de Tastevin, a Introdução descreve como se organizavam os campos da etnologia e da etnografia à sua época, trazendo informações sobre os referenciais teórico-metodológicos dos pesquisadores naqueles campos e sobre o circuito de produção e circulação de idéias com que podiam contar (focalizando, inclusive, as estratégias adotadas por Tastevin para obter financiamento para suas pesquisas). O texto de Priscila Faulhaber nos ajuda, ainda, a compreender melhor a decepção experimentada pelo missionário-pesquisador Tastevin ao falhar em sua tentativa de resgate das antigas tradições dos Mura, pois sublinha o sentimento de ‘urgência etnográfica’ partilhado pelos etnógrafos de então, que se viam diante da tarefa de documentar as línguas e culturas das sociedades ditas ‘primitivas’ que julgavam condenadas a desaparecer inevitavelmente e em um curto espaço de tempo.

Na “Introdução”, Priscila Faulhaber nos ensina também que os missionários-etnógrafos constituíam interlocutores privilegiados de prestigiados etnólogos de gabinete como Lucien Lévy-Bruhl (1857-1939) e Paul Rivet (1876-1958) (p. 6). Nesse sentido, as pesquisas de campo e de gabinete assumiam geralmente caráter complementar na Americanística do início do século XX. Significativamente, é a sua experiência como pesquisador de campo que Tastevin enfatiza na frase com que termina o texto sobre “Os Makú do Japurá”, publicado no *Journal de la Société des Américanistes de Paris*: “Espero que satisfaçam [‘dados que pude recolher sobre os misteriosos Makú durante as três viagens que fiz ao Japurá, de julho de 1920 a março de 1922’] em alguma medida a curiosidade dos especialistas e lhes permitam ter acesso aos resultados de um **contato direto** com os Guariba.” (p. 88, grifos nossos).

Se, por um lado, as descrições de Tastevin encontram-se norteadas pela busca da precisão própria dos trabalhos científicos (no que muito auxiliaram instrumentos como a “bússola giratória do Dr. Hansen”, que ele declara ter recebido no final de 1924, p. 16), de outro há fragmentos que descortinam uma visão claramente edênica da natureza amazônica, a exemplo de “O Japurá [...] É o mais belo rio com que se pode sonhar: nem muito grande, nem muito pequeno; ilhas às centenas; algumas quatro, cinco e seis de frente, entre as quais ele se escoia, como os quatro rios que regavam o Éden.” (p. 18) e “Graças a sua floresta, a seus rios, a sua monção que sopra todos os dias ou aproximadamente de 9 a 15 hs, esta região da Amazônia é favorecida por um clima de sonho.” (p. 20)

Ao longo da coletânea, a tradução e edição dos textos de Tastevin afiguram-se bastante cuidadosa. Vale lembrar que houve a preocupação de se compor um glossário com quase noventa verbetes, estampado nas páginas finais da obra (p. 206-213). Além

disso, são muitas as notas de rodapé que patenteiam o esforço de tornar o(s) universo(s) de Tastevin (ou seja, tanto as culturas indígenas e ribeirinhas da Amazônia do início do século XX, submetidas à sua observação, como o ambiente vivenciado pelos leitores europeus a quem dirigiu os textos) familiares e compreensíveis. Ao lado das numerosas notas destinadas a caracterizar espécies da fauna e da flora e daquelas que indicam a denominação atual das localidades citadas por Tastevin, encontram-se as diversas que explicitam e justificam as escolhas realizadas pelos tradutores, caso da nota 29 da página 181 (uma dentre muitas que levam em conta a linguagem regional): “Tastevin usa o termo *falésie*. Não seria um erro traduzi-lo por falésia, mas aqui optamos por ribanceira, para tornar mais claro o sentido, embora o termo comumente usado na Amazônia seja ‘barreira’”.

No campo das notas que estabelecem uma mediação entre o(s) universo(s) de Tastevin e o do leitor atual, enquadra-se a de número 3 da página 55 que esclarece a opção pelo termo tonelada em “permitem a passagem de vapores com 500 toneladas” (p. 39). De acordo com o tradutor Philippe Léna, Tastevin havia empregado *tonneau* (em português, “tonelada de arqueação”), uma unidade de volume e não de peso — equivalente a 2,83m³ e hoje em desuso. Merecem menção, também, a nota escrita por Marta Rosa Amoroso abordando a catequese leiga (nota 7, p. 76) e a elaborada por Ruth Monserrat que expõe o caráter da reanálise por que passaram os textos tupi transcritos por Tastevin (nota 15, p. 180). Somos informados, assim, de que Tastevin considerava o Tupi uma língua sem morfologia e que, em decorrência disso, elementos tomados como prefixos ou sufixos em outras descrições foram registrados por ele como clíticos, rigidamente separados na escrita. Coube a Ruth Monserrat, então, empenhar-se para que fosse “restabelecida a morfologia verbal original da língua” (idem), recuperada inclusive na transcrição linear portuguesa dos textos.

Em razão de sua qualidade, *Tastevin e a etnografia indígena* nos faz torcer pela continuidade da “Série Monografias”, o que permitiria uma melhor divulgação de outros textos relevantes para a história da etnografia e da lingüística indígenas no Brasil.

Beatriz Christino
(CELCAM-IEL/UNICAMP/FAPESP)

Recebido 02/11/2010.

Aceito 22/11/2010.